

Trabalho e mudanças legislativas no campo do jornalismo¹

Malu Francine do Nascimento²

Mara Ferreira Rovida³

Universidade de Sorocaba – Uniso

RESUMO

Neste trabalho, recortam-se alguns resultados de pesquisa de mestrado finalizada em 2024 sobre as percepções dos impactos da Reforma Trabalhista de 2017 pelas jornalistas mulheres. Procura-se identificar (1) as mudanças das práticas laborais registradas pelo campo com o avanço da tecnologia, (2) como elas têm sido sentidas pelas mulheres jornalistas e (3) qual a percepção pós reforma trabalhista de 2017. A metodologia consiste em entrevistas dialógicas (Medina, 2002) com seis jornalistas. Observa-se que as mudanças regulamentadas pela reforma trabalhista de 2017 já eram percebidas no campo como parte da tendência de precarização nas relações de trabalho das jornalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo e trabalho; mulheres jornalistas; entrevista dialógica; mudanças legislativas; reforma trabalhista de 2017.

CORPO DO TEXTO

Os avanços tecnológicos mudaram as formas de produção jornalísticas típicas dos anos 1990. Redações com muitos profissionais, jornais impressos com grandes tiragens e anúncios que custeavam as produções deram lugar à dinâmica da Internet e da digitalização. É nesse cenário que indícios de um trabalho mais flexível ganha forma. Segundo Thibes (2017), aparecem novas demandas e novos modelos de profissionais com capacidades multifuncionais, ainda segundo Grohmann (2012, p. 32) “o jornalista tem que ser multiplataforma e polivalente, com a exigência de domínio dos mais

¹ Exemplo: Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Mídia e Práticas Socioculturais, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Uniso, e-mail: malu_francine@yahoo.com.br

³ Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Uniso, e-mail: mara.rovida@prof.uniso.br

variados meios e linguagens, assumindo funções desempenhadas antes por outros profissionais”.

Essas mudanças que são regulamentadas em novas disposições legislativas, como se observa com as mudanças trazidas pela reforma trabalhista de 2017, vão alterando a cultura do trabalho e as percepções das trabalhadoras e dos trabalhadores. Este artigo busca (1) entender as mudanças que aconteceram no campo do jornalismo nos últimos anos; (2) se essas mudanças já estavam sendo sentidas pelas mulheres jornalistas e; (3) qual a percepção pós reforma trabalhista de 2017. Para isso, a metodologia consiste em entrevistas abertas, consideradas na perspectiva do diálogo como proposto por Cremilda de Araújo Medina (2002), com seis jornalistas. Os resultados das entrevistas são considerados como observáveis (Peruzzo, 2018) que nos ajudam a responder as perguntas mencionadas. Como aporte teórico sobre as relações de trabalho no jornalismo são utilizados, principalmente, de Dancosky (2023) e Grohmann (2012).

A precarização no jornalismo

O capitalismo se apropria do discurso de liberdade e autonomia para que as pessoas sintam a necessidade de contar as suas próprias histórias e se sintam vencedoras. A grande questão é que esse é um movimento neoliberal, que mascara com esse discurso inspirador o real caráter político das mudanças sociais no trabalho que não consideram os marcadores identitários, como gênero e raça, em seus discursos meritocratas. Esse movimento se intensificou desde a crise do capitalismo em 2008 “acelerando privatizações, desregulamentação financeira, redução de proteções sociais e flexibilização do trabalho” (Dancosky, 2023, p. 28) e essas mudanças tiveram respaldo na reforma trabalhista brasileira de 2017.

A cobrança por produtividade aumenta o que é um ponto positivo para a(o) empregadora(or), que assume esse novo formato de contratação nas redações do século XXI. Porém para as(os) profissionais do jornalismo, os contratos tornam suas relações cada vez mais frágeis.

Esta flexibilidade, então, acabou por transportar aos assalariados e subcontratados o peso das incertezas do mercado, com mão-de-obra maleável, seja em termos de horário, de jornada de trabalho ou de emprego (como empregos temporários, precários ou trabalho autônomo) (Grohmann, 2012, p. 32-33).

Isso será observado tanto nas redações, quanto nos trabalhos informais e freelancers que se tornaram uma ‘tendência’ no campo do jornalismo pela nova roupagem observada com o avanço da tecnologia, como observa uma das entrevistadas da pesquisa, identificada como “F”⁴.

Existiu uma redução das redações, pois existem muitos outros meios de se trabalhar a notícia e também por conta de uma crise de publicidade, pois antes a única forma de divulgação era pela televisão, rádio ou jornal impresso, já hoje em dia as opções são vastas, sem contar que as ferramentas de divulgação disponibilizadas pelas próprias redes sociais ajudam a direcionar o público que recebe a publicidade, o que é menos custoso e mais direcionado.

Segundo a entrevistada, é uma mudança econômica que afetou um setor, as redações tiveram que dar um jeito de conseguir dinheiro. A tecnologia facilitou, por exemplo, que profissionais possam trabalhar com celular em mãos, para fotos, vídeos e entrevistas, porém em outros tempos seria humanamente impossível um único profissional realizar essas três funções no mesmo evento. Mas essa é a realidade de hoje, um único profissional cobrindo um evento e realizando todas essas demandas. A oferta de trabalho é por profissionais polivalentes para maior administração desses custos, e a(o) empregada(o) tem aceitado esse tipo de trabalho para e manter ativo no mercado.

A identidade da(o) jornalista também está ligada ao seu olhar para o mundo, e o sentido que é atribuído ao trabalho. O reconhecimento do trabalho pela sociedade e por si próprio muda a forma de olhar o campo, observa-se que mesmo existindo “uma concepção romântica da profissão na qual os jornalistas podem ser vistos como os cães de guarda da sociedade e a imprensa como um quarto poder” (Dantas, 2019, p. 51), o discurso de flexibilidade que tem sobrecarregado as(os) profissionais, não dá a elas(es) mecanismos para agregar valor e desenvolver suas funções com poder de transformação. Cumprir uma pauta com a qual não há identificação ou ficar travado em burocracias limitantes à expressão daquilo em que acredita, interfere também na qualidade da entrega do trabalho (Koshiyama; Reimberg, 2018).

Grohmann (2012) questiona se a(o) jornalista realmente entende seu lugar nas relações de trabalho, o autor cita a dificuldade dessas(es) profissionais discursarem sobre o seu trabalho real. “[...] o frila, mais do que o propulsor da volta de um “jornalismo romântico”, seria aquele mais “ajustado às novas tendências do mercado”, e que conseguiria viver melhor em um mundo de “portfólios” e não de “carreiras””

⁴ Relato da entrevistada F à autora na pesquisa de mestrado “As Jornalistas e as relações de Trabalho: percepções dos impactos da Reforma Trabalhista de 2017”, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura – Uniso.

(Grohmann, 2012, p. 257). É essa sensação que a flexibilização implica, principalmente quando regulamentada.

Os pesquisados [jornalistas] sentem desconforto com uma atividade regular, trabalhando em um único lugar, em horário comercial. A palavra da ordem é “liberdade”, que, por vezes, remonta a um ideal jornalístico construído a partir do ideário iluminista. No entanto, ao lado de “liberdade”, a palavra “insegurança” ronda os passos dos entrevistados, inclusive na “redação” (Grohmann, 2012, p. 256).

Com as novas formas de trabalho estabelecidas no cenário atual, a aprovação da Reforma Trabalhista em 2017 confirma a tendência de precarização nas relações de trabalho, trazendo vários novos aspectos que aparentemente têm a intenção de atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – principal regulamento jurídico trabalhista do país. A Reforma foi apresentada teoricamente para atender às novas relações de trabalho, mais dinâmicas e flexíveis, que beneficiariam as(os) empregadas(os) e empregadoras(es). Porém, Sobrinho (2019) destaca que as mudanças apresentadas como forma de alcançar igualdade e flexibilidade nas relações trabalhistas, na verdade, representaram perda de direitos que foram duramente conquistados pelas(os) trabalhadoras(es) e que tem impactos na vida da(o) trabalhadora(or) brasileira(o).

A reforma trabalhista de 2017 autoriza na nova redação um agir livre da(o) empregadora(or) em relação a demissões coletivas e à terceirização da atividade principal da empresa, o que tem reflexo nas contratações CLT e na demanda de modalidades de trabalho mais flexíveis e precárias o que trouxe impactos negativos para a vida das trabalhadoras no campo do jornalismo, a precariedade que já era percebida como tendência no campo foi legalizada pelo novo texto da lei.

Dancosky, Mick e Rocha (2022, p. 8-9) mostram que houve impacto nos vínculos de trabalho de 2012 a 2017, ano da reforma trabalhista, “em quase todas as opções do questionário (com vínculo: carteira assinada e cargo comissionado, e sem vínculo: pessoa jurídica (PJ), *freelancer*, empresário e com contrato de prestação de serviço)”, o número foi menor em 5 anos, o que indica uma diminuição nos cargos disponibilizados na profissão de jornalista. A redução de vínculos empregatícios com carteira assinada foi de 40,9% para mulheres e 57,9% para homens no campo, o que demonstra que o mercado tem reduzido contratações, para as mesmas demandas de trabalho, exigindo profissionais flexíveis e polivalentes.

Em entrevistas realizadas para a dissertação de mestrado que serve de base para este artigo, essa diminuição dos postos de trabalho e o aumento da demanda por profissionais multifuncionais foram mencionados.

A entrevistada B⁵ diz que desde que entrou na empresa a equipe foi drasticamente reduzida, mas, a demanda é a mesma, o que implica em um acumulado de funções.

Já a entrevistada C⁶, sobre profissionais polivalentes, entende que hoje em dia existe uma necessidade de se vender diferente para cada vaga que vai submeter seu currículo, que com ela mesmo aconteceu assim. Apenas a formação específica não é suficiente para ingressar no mercado de trabalho.

Esse é um movimento que vem se desenvolvendo de uma maneira perversa, é mais que uma mudança legislativa, é um movimento para que o olhar sobre as relações de trabalho se relativize e a trabalhadora assuma a narrativa da liberdade e da meritocracia em relação a sua trajetória profissional como se fosse um ponto que dependesse de fato apenas dela e de suas escolhas.

Dantas (2019) sinaliza a expectativa de uma máquina de desempenho, e essa pressão para alcançar uma boa performance faz com que a(o) trabalhadora(or) explore a si mesmo, e “o excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade” (Han, 2015, p. 16-17).

A(o) jornalista(o) em tese assume esse lugar e, para se manter no mercado, acaba vendendo o seu trabalho e o seu tempo, acumulando novas funções e aceitando condições cada vez mais precárias. Para Carneiro (2011, p. 115) “O direito ao trabalho é condição fundamental para a reprodução das demais dimensões da vida social” e com a sua flexibilização, também se flexibiliza o que poderia ser importante fora das relações de trabalho ao enfraquecer os limites entre trabalho e lazer o que afeta o tempo com a família, os momentos de descanso e, conseqüentemente, todas as áreas da vida das(os) trabalhadoras(es).

REFERÊNCIAS

⁵ Relato da entrevistada B à autora na pesquisa de mestrado “As Jornalistas e as relações de Trabalho: percepções dos impactos da Reforma Trabalhista de 2017”, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura – Uniso.

⁶ Relato da entrevistada C à autora na pesquisa de mestrado “As Jornalistas e as relações de Trabalho: percepções dos impactos da Reforma Trabalhista de 2017”, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura – Uniso

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017. Institui a Reforma trabalhista. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 27 fev. 2025.

CARNEIRO, S. Trabalho e exclusão racial. *In* **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil** Consciência em debate. Benedito, Vera lúcia (coord.) – São Paulo: Selo Negro, 2011, pp. 113-116

DANTAS, Juliana Bulhões Alberto. **O IMPACTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DA PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO NA VIDA DO JORNALISTA**. Tese. (Programa de Pós- graduação em Comunicação) – Universidade de Brasília – UnB Faculdade de Comunicação - Brasília, 2019.

DANCOSKY, A. K., MICK, J., & ROCHA, P. M. (2022). Masculização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). *Revista Estudos Feministas*, 30(2).
<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n275032>

DANCOSKY, A. K. **RISCO BIOGRÁFICO E TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE JORNALISTAS NO BRASIL: uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do LinkedIn**. Tese. (Programa de Pós- graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC - Florianópolis, 2023.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. **Os Discursos dos Jornalistas Freelancers sobre o Trabalho: comunicação, mediações e recepção**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo de Comunicações e Artes – São Paulo, 2012.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

KOSHIYAMA, A. M.; REIMBERG, C. O. **Sentido do trabalho, sofrimento e prazer para as trabalhadoras jornalistas**. Universidade de São Paulo. *In*: Intercom – Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo/ Organizadores: Leonel Aguiar, Marcos Paulo da Silva e Monica Martinez – São Paulo, SP: Life Editora, 2018.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **ENTREVISTA – O diálogo possível**. São Paulo: Editora ática, 2002.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente: Narrativa e Cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003

SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. Análise do discurso da reforma trabalhista nas notícias do G1, 2016-2017. **Revista Pegada**, vol. 20, nº3 2019.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e Técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2017, p. 51-61.

THIBES, André Caetano. **O freelancer como estratégia de precarização do trabalho jornalístico: um estudo sobre profissionais de grandes redações de São Paulo**. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo Linha de Pesquisa Jornalismo Cultura e Sociedade) – Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2017.